

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2015

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Diretoria do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. apresenta à Assembleia Geral Ordinária o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis que foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76 e com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, referente ao exercício de 2015.

O Relatório da Administração expõe os fatos, as decisões e as ações mais relevantes que contribuíram para o desempenho administrativo, financeiro e assistencial desta Instituição.

Atualmente, o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. possui a natureza jurídica de sociedade de economia mista, cujo controle acionário é exercido pela União Federal vinculada ao Ministério da Saúde através do artigo 146 do Decreto nº 99.244/90, sujeita à Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404/76 e à Lei nº 4.320/64.

Reconhecido nacionalmente, é o maior complexo de saúde do sul do país, e seu atendimento é exclusivamente destinado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Com uma oferta de 1.507 leitos, é responsável pela internação de 58,5 mil usuários por ano.

O chamado Grupo Hospitalar Conceição – GHC é composto por quatro hospitais, 12 postos de Atenção Básica e Saúde da Família, um Consultório de Rua, três CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e um Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde (Escola GHC). Todos os estabelecimentos ficam localizados em Porto Alegre, e a maioria fica localizada na Zona Norte da Capital, estando apenas o Hospital Fêmnia localizado no bairro Rio Branco (zona central).

Tendo em vista a oferta de serviços 100% SUS, o Grupo Hospitalar Conceição atua nos termos de contratação firmados com o Município de Porto Alegre, e segue as diretrizes em consonância com a Política Nacional de Atenção Hospitalar. Os serviços da instituição estão de portas abertas, para que a população tenha seu direito à saúde garantido, com atendimento universal e gratuito.

Em 2015, o Grupo Hospitalar Conceição implementou várias iniciativas no sentido de qualificação da

assistência, com acesso universal e trabalho em rede. Novas linhas de cuidado foram implantadas, mais serviços receberam ou renovaram certificações importantes e novos equipamentos foram instalados, permitindo maior qualidade e segurança na assistência aos usuários.

Na gestão, destacam-se a implantação de procedimentos para controle do passivo trabalhista, a conclusão do estudo de redimensionamento de pessoal, a retomada da higienização com equipe própria e a elaboração de uma proposta de código de ética e conduta. Alguns projetos previstos no Planejamento Estratégico para serem implantados, a médio prazo, tiveram início como no caso do Centro Oncológico, da nova subestação de energia elétrica no Hospital Conceição e da Central de Logística, com a elaboração dos respectivos projetos arquitetônicos, contratação para a execução das obras e a definição dos respectivos processos de trabalho.

Por final, ressaltam-se alguns avanços no compromisso do GHC com a inclusão social, tais como a conquista, pela quarta vez consecutiva, do Selo Pro Equidade de Gênero e Raça, concedido pelo Governo Federal; a adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo a primeira instituição do país a comprar alimentos da agricultura familiar e de comunidades quilombolas; e a concessão do Selo Gaúcho de Aprendizagem Profissional, por sua atuação no Programa Jovem Aprendiz. O processo de atualização do Planejamento Estratégico, prevista para os primeiros meses de 2016 deverá avaliar as trajetórias dos últimos anos, identificar as novas demandas e prioridades e, acima de tudo, mobilizar os trabalhadores e gestores para os novos desafios. Neste percurso, reconhecemos os esforços de todas as equipes para superar obstáculos e reafirmar a instituição como referência de qualidade na implementação do SUS em nosso país.

Porto Alegre, 11 de março de 2016.

A Diretoria

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

### 1 - BALANÇO PATRIMONIAL - (em milhares de reais)

ATIVO	NOTA			PASSIVO	NOTA		
		2015	2014			2015	2014
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>129.398</b>	<b>111.841</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.852.451</b>	<b>2.571.197</b>
Disponibilidades		35.074	22.362	Fornecedores		26.618	23.437
Contas a receber		46.242	41.858	Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	(11)	2.172.267	1.900.206
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(10.860)	(7.454)	Obrigações trabalhistas		32.544	33.022
Recursos a receber de órgãos governamentais		14	9	Obrigações tributárias		52	8.135
Estoques	(5)	10.759	8.893	Obrigações com órgãos governamentais		69	538
Adiantamentos a empregados		11.914	10.591	Provisões trabalhistas		124.816	110.347
Tributos a recuperar		1.024	2.534	Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(12)	472.356	477.964
Depósitos vinculados ou restituíveis	(6)	32.414	31.381	Subvenções e assistências governamentais	(14)	13.861	10.275
Outras contas a receber		3.117	1.249	Empréstimos e financiamentos	(15)	3.298	2.640
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(407)	(16)	Outras contas a pagar		6.570	4.633
Despesas antecipadas		107	434	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>544.093</b>	<b>515.420</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>300.936</b>	<b>295.690</b>	Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(12)	422.445	380.282
Realizável a longo prazo	(7)	41.932	46.381	Tributos diferidos	(13)	5.389	20.898
Investimentos	(9)	5.001	5.026	Subvenções e assistências governamentais	(14)	115.059	109.140
Imobilizado	(10a)	253.111	243.391	Empréstimos e financiamentos	(15)	1.200	4.200
Intangível	(10b)	892	892	Outras contas a pagar		-	900
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>430.334</b>	<b>407.531</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(2.966.210)</b>	<b>(2.679.086)</b>
				Capital social	(16)	7.446	7.446
				Reserva de reavaliação em bens próprios		18.783	16.357
				Ajustes de avaliação patrimonial	(17)	44.741	33.240
				Prejuízos acumulados		(3.037.180)	(2.736.129)
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>430.334</b>	<b>407.531</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis".

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis".

### 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)

	NOTA	2015	2014
<b>RECEITA BRUTA</b>		<b>1.259.552</b>	<b>1.140.554</b>
Prestação de serviços		195.030	187.010
Subvenções para custeio	(14)	1.064.522	953.544
<b>Deduções da receita bruta</b>		<b>(3.931)</b>	<b>(3.780)</b>
Impostos sobre serviços	(11b)	(3.931)	(3.780)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>1.255.621</b>	<b>1.136.774</b>
Custo dos serviços prestados	(11b)	(1.312.917)	(1.179.202)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>(57.296)</b>	<b>(42.428)</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(239.216)</b>	<b>(287.026)</b>
Despesas gerais e administrativas	(11b)	(126.724)	(112.047)
Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(11b)	(143.217)	(215.356)
Reversão de provisões	(11b)	17.141	29.490
Outras receitas operacionais	(11b)	13.584	10.887
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>(296.512)</b>	<b>(329.454)</b>
Despesas financeiras	(11b)	(179.205)	(132.836)
Receitas financeiras	(11b)	57.103	3.979
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(418.614)</b>	<b>(458.311)</b>
Reversão de provisão para imposto de renda	(11b)	115.981	-
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	(20)	<b>(302.633)</b>	<b>(458.311)</b>
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO - EM R\$</b>		<b>(2,68)</b>	<b>(4,05)</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis".

### 3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2015	2014
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO atribuível a controladores</b>	(20)	<b>(302.633)</b>	<b>(458.311)</b>
Ganho patrimonial com baixa de provisão de CSLL e/ou de IRPJ diferidos sobre a reserva de reavaliação	(13)	35	131
Ganho patrimonial com baixa da provisão de CSLL e/ou de IRPJ diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	(13)	107	405
Ganho patrimonial com baixa da provisão de IRPJ diferido sobre a reserva de reavaliação devido à imunidade tributária	(13)	2.776	-
Ganho patrimonial com baixa da provisão de IRPJ diferido sobre ajustes de avaliação patrimonial devido à imunidade tributária	(13)	12.591	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE atribuível a controladores</b>		<b>(287.124)</b>	<b>(457.775)</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis".

### 4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>7.446</b>	<b>16.611</b>	<b>34.027</b>	<b>(2.279.395)</b>	<b>(2.221.311)</b>
Realização da reserva de reavaliação		-	(254)	-	254	-
Ganho patrimonial com baixa de provisão de CSLL e de IRPJ diferidos sobre a reserva de reavaliação	(13)	-	-	-	131	131
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(17)	-	-	(787)	787	-
Ganho patrimonial com baixa de provisão de CSLL e de IRPJ diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	(17)	-	-	-	405	405
Prejuízo do exercício	(20)	-	-	-	(458.311)	(458.311)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>7.446</b>	<b>16.357</b>	<b>33.240</b>	<b>(2.736.129)</b>	<b>(2.679.086)</b>
Realização da reserva de reavaliação		-	(350)	-	350	-
Ganho patrimonial com baixa de provisão de CSLL diferida sobre a reserva de reavaliação	(13)	-	-	-	35	35
Ganho patrimonial com baixa de provisão de IRPJ diferido	(13)	-	2.776	12.591	-	15.367
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(17)	-	-	(1.090)	1.090	-
Ganho patrimonial com baixa da provisão de CSLL diferida sobre ajustes de avaliação patrimonial	(13)	-	-	-	107	107
Prejuízo do exercício	(20)	-	-	-	(302.633)	(302.633)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>7.446</b>	<b>18.783</b>	<b>44.741</b>	<b>(3.037.180)</b>	<b>(2.966.210)</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis".

**5 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2015	2014
<b>RECEITAS</b>		<b>1.284.116</b>	<b>1.178.251</b>
Prestação de serviços		195.030	187.010
Subvenção para custeio	(14)	1.064.522	953.544
Outras receitas		31.321	43.466
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(6.757)	(5.769)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		<b>(205.823)</b>	<b>(206.823)</b>
Custo dos serviços prestados		(173.283)	(177.428)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(14.349)	(16.017)
Provisão para indenizações cíveis		(18.191)	(13.378)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>1.078.293</b>	<b>971.428</b>
<b>DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES</b>	(10)	<b>(17.723)</b>	<b>(16.645)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>		<b>1.060.570</b>	<b>954.783</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>57.103</b>	<b>3.979</b>
Receitas financeiras	(11b)	57.103	3.979
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>1.117.673</b>	<b>958.762</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>1.117.673</b>	<b>958.762</b>
<b>Pessoal</b>		<b>1.098.180</b>	<b>1.054.715</b>
Remuneração direta		976.519	956.199
Benefícios		51.145	38.615
FGTS		70.516	59.901
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>134.956</b>	<b>221.587</b>
Federais		130.467	217.285
Municipais		4.489	4.302
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>187.170</b>	<b>140.771</b>
Juros		179.205	132.836
Aluguéis		7.965	7.935
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>(302.633)</b>	<b>(458.311)</b>
Prejuízo do exercício	(20)	(302.633)	(458.311)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis".

**6 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PELO MÉTODO INDIRETO**  
(em milhares de reais)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NOTA	2015	2014
<b>Prejuízo do exercício</b>	(20)	<b>(302.633)</b>	<b>(458.311)</b>
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	(10a)	17.723	16.645
Perdas estimadas com investimentos	(9)	25	2.531
Reversão de perdas estimadas com investimentos		-	(1)
Lucro na venda de imobilizado		(14)	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	6.757	5.769
Renda com investimentos		-	(220)
Custo do imobilizado baixado		522	557
Realização das subvenções para custeio	(14)	(1.064.522)	(953.544)
Realização das subvenções para investimentos	(14)	(12.307)	(10.632)
<b>Prejuízo do exercício ajustado</b>		<b>(1.354.449)</b>	<b>(1.397.206)</b>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) em contas a receber		(6.156)	(16.348)
(Aumento) nos estoques		(1.866)	(2.611)
(Aumento) redução nos depósitos vinculados ou restituíveis		(1.033)	9.577
Redução em outras contas a receber		1.903	6.332
Aumento (redução) nos fornecedores		3.181	(6.433)
Aumento em impostos e contrib. com exigibilidade suspensa		272.061	368.429
Aumento nas provisões para indenizações cíveis e trabalhistas		36.555	65.746
Aumento em outras contas a pagar e provisões		6.475	23.721
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>		<b>(1.043.329)</b>	<b>(948.793)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Compras de investimentos		-	(630)
Compras de imobilizado	(10a)	(28.013)	(27.469)
Recebimento por venda de imobilizado		62	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(27.951)</b>	<b>(28.099)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Recebimento de subvenções para custeio	(14)	1.065.351	953.836
Recebimento de subvenções para investimentos	(14)	20.983	18.059
Cretores por financiamento	(15)	(2.342)	6.840
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>		<b>1.083.992</b>	<b>978.735</b>
<b>AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>12.712</b>	<b>1.843</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO</b>		<b>12.712</b>	<b>1.843</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		22.362	20.519
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		35.074	22.362
<b>Composição do saldo do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>35.074</b>	<b>22.362</b>
Disponibilidades em conta corrente		17.474	2.787
Disponibilidades em aplicações financeiras		17.600	19.575

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis".

**7 – NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(em milhares de reais)

**NOTA 1 - CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS**

Juridicamente o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. é uma sociedade de capital fechado e empresa estatal dependente controlada pela União Federal vinculada ao Ministério da Saúde através do artigo 146 do Decreto nº 99.244/90, sujeita à Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404/76 e à Lei nº 4.320/64, com suas respectivas alterações e à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União. A sociedade que possui interesse e utilidade pública, tem o fim exclusivo de, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, bem como de ensino técnico e superior, e pesquisa científica e tecnológica na área de saúde, tudo de acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do Sistema Único de Saúde – SUS, consoante as determinações do Ministério da Saúde.

**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC com base: (i) nas disposições contidas na legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações, incluindo a aplicação das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14); (ii) na opção, desde 2008 até 2014, pelo Regime Tributário de Transição – RTT; (iii) em 2010, na adoção das normas internacionais, que geraram ajustes de avaliação patrimonial contabilizados no patrimônio líquido e (iv) em 2015, nos ajustes referentes à adoção inicial da Lei nº 12.973/14, reconhecidos em subcontas. As contas do ativo não circulante, investimentos, imobilizado, intangível e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95. Em 22 de janeiro de 2016 a diretoria autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

**NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Receitas e despesas**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado do exercício quando utilizadas, conforme disposto no item 12 da NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, alterada e consolidada em 11 de dezembro de 2013, e aprovada pela Resolução CFC nº 1.305/10 de 25 de novembro de 2010.

**b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa**

Foi constituída de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/15 e o artigo 24 da Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014 (nota 4).

**c) Estoques**

São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (nota 5).

**d) Investimentos**

Outros investimentos foram ajustados ao preço de mercado ou ao valor de realização estimada (nota 9).

**e) Imobilizado**

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações foram calculadas com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens. As benfeitorias em imóveis de terceiros foram depreciadas em função da vigência indeterminada dos contratos e as edificações em imóveis de terceiros foram amortizadas pelo tempo de vigência do contrato. Em 2010 foi adotado o custo atribuído conforme Interpretação Técnica – ICPC 10, que gerou ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os ajustes foram reconhecidos em subcontas do imobilizado (nota 10).

**f) Intangível**

Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (nota 10).

**g) Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa**

São questionados em ações judiciais onde é solicitada a imunidade tributária (nota 11).

**h) Tributos diferidos**

Calculados sobre a reserva de reavaliação de 1997 e sobre os ajustes de avaliação patrimonial de 2010 com registros de reversões, a partir de 2015, em função de obtenção de imunidade tributária em relação ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (nota 13).

**i) Provisões para contribuição social e imposto de renda**

Em 2014, a base de cálculo da provisão para contribuição social e do imposto de renda, foram negativas. A partir de 2015, com a imunidade tributária, não existe mais imposto de renda e a contribuição social teve base de cálculo negativa (nota 11).

**NOTA 4 - PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

Ativo	2015				2014			
	Saldo inicial	Perdas estimadas	Baixas ou transferências	Total	Saldo inicial	Perdas estimada	Baixas ou transferências	Total
<b>Circulante - Contas a receber</b>								
Município de Porto Alegre	(4.215)	(2.341)	-	(6.556)	-	(4.215)	-	(4.215)
Órgãos públicos e outros entes – cessão de pessoal	(3.236)	(2.823)	1.770	(4.289)	(1.765)	(1.535)	64	(3.236)
Outros	(3)	(14)	2	(15)	(6)	(3)	6	(3)
<b>Subtotal</b>	<b>(7.454)</b>	<b>(5.178)</b>	<b>1.772</b>	<b>(10.860)</b>	<b>(1.771)</b>	<b>(5.753)</b>	<b>70</b>	<b>(7.454)</b>
<b>Circulante - Outras contas a receber</b>								
Adiantamentos a empregados	-	(47)	-	(47)	-	-	-	-
Devolução e abatimento a fornecedores	(16)	(344)	-	(360)	-	(16)	-	(16)
<b>Subtotal</b>	<b>(16)</b>	<b>(391)</b>	<b>-</b>	<b>(407)</b>	<b>-</b>	<b>(16)</b>	<b>-</b>	<b>(16)</b>
<b>Não Circulante - Realizável a longo prazo</b>								
Órgãos públicos e outros entes – cessão de pessoal	(2.303)	-	(1.766)	(4.069)	(2.303)	-	-	(2.303)
Créditos a receber de ações judiciais tributárias-ICMS	-	(1.188)	1.188	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>(2.303)</b>	<b>(1.188)</b>	<b>(578)</b>	<b>(4.069)</b>	<b>(2.303)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.303)</b>
<b>Total</b>	<b>(9.773)</b>	<b>(6.757)</b>	<b>1.194</b>	<b>(15.336)</b>	<b>(4.074)</b>	<b>(5.769)</b>	<b>70</b>	<b>(9.773)</b>

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos. As baixas ocorridas na conta de órgãos públicos – cessão de pessoal, em 2015, refere-se, preponderantemente (R\$ 1.766) a transferências para o realizável a longo prazo em função do prazo previsto de realização da ação judicial de cobrança.

**NOTA 5 - ESTOQUES**

Contas	2015	2014
Almoxarifados	7.867	6.426
Farmácias	1.565	1.484
Sub-almoxarifados	1.327	983
<b>Total</b>	<b>10.759</b>	<b>8.893</b>

Os estoques se compõem de materiais de consumo a serem utilizados ou consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento.

**NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS**

Contas/descrição	2015	2014
<b>Cíveis</b>		
Saldo anterior	666	3.346
Depósitos	3.235	532
Transferência por reclassificação	(101)	-
Rendimentos	184	10
Baixa por devolução ao reclamado	(1)	-
Baixa por pagamentos ao reclamante	(189)	(3.222)
<b>Subtotal</b>	<b>3.794</b>	<b>666</b>
<b>Trabalhistas</b>		
Saldo anterior	30.715	37.612
Depósitos	76.242	83.979
Transferência por reclassificação	101	-
Rendimentos	2.044	1.293
Baixa por devolução ao reclamado	(681)	(1.245)
Baixa por pagamentos ao reclamante	(79.801)	(91.083)
Transferências do realizável a longo prazo	-	159
<b>Subtotal</b>	<b>28.620</b>	<b>30.715</b>
<b>Total</b>	<b>32.414</b>	<b>31.381</b>

A preponderância deste saldo refere-se a depósitos judiciais vinculados às ações com trânsito em julgado registradas no passivo circulante em obrigações trabalhistas e outras contas a pagar no montante de R\$ 31.467, em 2015 (R\$ 31.058, em 2014).

**NOTA 7 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

Contas	2015	2014
Depósitos judiciais cíveis	95	88
Depósitos judiciais trabalhistas	35.306	38.296
Órgãos públicos e outros entes – cessão de pessoal	4.069	2.303
Créditos a receber de ações judiciais tributárias	5.466	5.940
Repetição de indébito do ICMS	986	1.968
Créditos a receber de outras ações judiciais	63	63
Créditos e valores (convênios)	16	26
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(4.069)	(2.303)
<b>Total</b>	<b>41.932</b>	<b>46.381</b>

Os depósitos judiciais cíveis são para garantia de pagamento de processos em andamento sem prazo estimado para realização e estão sendo corrigidos pelo índice de correção da poupança. Os depósitos trabalhistas são para recursos ordinários e revista, e estão depositados na Caixa Econômica Federal – CEF. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes como também podem retornar para o hospital. Os créditos a receber de ações judiciais tributárias se referem a ações de repetição de indébito da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A repetição de indébito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS no valor de R\$ 986 (R\$ 1.968 em 2014) está vinculado ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, referido na nota 11. Em 2015 parte do seu valor foi baixado devido alteração nos índices de atualização. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, foram consideradas suficientes e estão demonstradas na nota 4.

**NOTA 8 - ATIVOS CONTINGENTES**

Os valores referentes à ação de Repetição de Indébito, em razão do processo de imunidade tributária dos impostos federais (IRPJ, IRRF, IOF, IPI e Imposto de Importação), estimados em R\$ 14.599, considerados de realização provável, não foram contabilizados conforme item 89 da Resolução do CFC nº 1.180/09, de 24/07/2009, que aprovou a NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**NOTA 9 - INVESTIMENTOS**

Contas	2015	2014
Participação em fundos de investimentos	2.160	2.160
Participação em outras empresas	89	89
Outros investimentos - Associação dos Hospitais de Porto Alegre - AHPA	6.878	6.878
Perdas estimadas com investimentos	(4.126)	(4.101)
<b>Total</b>	<b>5.001</b>	<b>5.026</b>

A participação em fundos de investimentos são aplicações no Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, para estes investimentos e para as participações em outras empresas em 2015 foi constituída provisão para perdas de R\$ 22, enquanto que em 2014 foi feita uma reversão de parte da provisão constituída no ano anterior de R\$ 1, a fim de adequá-los ao preço de mercado. Quanto à participação na Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA, trata-se de uma associação com característica efetiva de participação societária, porém, sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital de tal Associação (retorno do investimento acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Tal participação gera um ganho monetário indireto pelo serviço de lavanderia prestado com preço favorecido restrito ao preço de custo acrescido de pequena margem de ganho para fins de capital de giro da Associação. Em 2015 houve o registro de perdas estimadas no valor de R\$ 3, total de 25 (R\$ 2.531 em 2014), ambas apuradas com base no balancete de novembro de cada exercício.

**NOTA 10 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

**a) Composição do saldo e movimentação do custo do imobilizado**

Contas	2014		2015		
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
<b>Imobilizado</b>					
Terrenos	39.373	-	-	9.017	48.390
Edificações	102.454	812	(223)	17.237	120.280
Edificações em imóv. de terceiros	228	-	-	-	228
Benfeitorias em imóv. de terceiros	2.522	-	-	-	2.522
Instalações	27.846	1.177	(19)	11.255	40.259
Instalações em imóv. de terceiros	9	-	-	-	9
Máquinas e equip. hospitalares	121.662	11.925	(3.877)	86	129.796
Outras máquinas e equipamentos	6.182	477	(122)	6	6.543
Móveis e utensílios	13.454	354	(399)	3.802	17.211
Veículos	1.288	-	(43)	-	1.245
Equipamentos de proc. de dados	13.305	1.893	(166)	1.357	16.389
Construções em andamento	33.855	5.479	-	(37.589)	1.745

Contas	2014	2015			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Construções em imóveis de terceiros	-	485	-	-	485
Outras imobilizações em andamento	7.044	5.411	-	(5.171)	7.284
<b>Subtotal</b>	<b>369.222</b>	<b>28.013</b>	<b>(4.849)</b>	<b>-</b>	<b>392.386</b>
<b>Depreciação e amort. acumulada</b>					
Edificações	(24.749)	(2.667)	73	-	(27.343)
Edificações em imóv. de terceiros	(205)	(23)	-	-	(228)
Benfeitorias em imóv. de terceiros	(515)	(40)	-	-	(555)
Instalações	(12.187)	(1.063)	19	-	(13.231)
Instalações em imóv. de terceiros	(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e equip. hospitalares	(65.900)	(11.010)	3.583	-	(73.327)
Outras máquinas e equipamentos	(3.182)	(427)	92	-	(3.517)
Móveis e utensílios	(6.767)	(1.163)	305	-	(7.625)
Veículos	(934)	(80)	43	-	(971)
Equipamentos de proc. de dados	(11.383)	(1.250)	164	-	(12.469)
<b>Subtotal</b>	<b>(125.831)</b>	<b>(17.723)</b>	<b>4.279</b>	<b>-</b>	<b>(139.275)</b>
<b>Total</b>	<b>243.391</b>	<b>10.290</b>	<b>(570)</b>	<b>-</b>	<b>253.111</b>

**a.1) Taxas anuais de depreciação e amortização**

Contas	2015	2014
<b>Imobilizado</b>		
Edificações	1,67 a 5,97 %	1,67 a 5,97 %
Edificações em imóveis de terceiros	39,18 %	39,18 %
Benfeitorias em imóveis de terceiros	0,53 a 2,00 %	0,53 a 2,00 %
Instalações	1,72 a 20,00 %	1,72 a 20,00 %
Máquinas e equipamentos hospitalares	4,00 a 33,33 %	4,00 a 33,33 %
Outras máquinas e equipamentos	4,00 a 33,33 %	4,00 a 33,33 %
Móveis e utensílios	4,00 a 33,33 %	4,00 a 33,33 %
Veículos	3,26 a 20,00 %	3,26 a 20,00 %
Equipamentos de processamento de dados	8,33 a 33,33 %	8,33 a 33,33 %

**b) Composição do saldo e movimentação do custo do intangível**

Contas	2014	2015			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
<b>Intangível</b>					
Software	955	-	-	-	955
Potencial construtivo	892	-	-	-	892
<b>Subtotal</b>	<b>1.847</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.847</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Software	(955)	-	-	-	(955)
<b>Total</b>	<b>892</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>892</b>

**b.1) Taxas anuais de amortização**

Contas	2015	2014
<b>Intangível</b>		
Software	33,33 %	33,33 %

Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. A mais valia foi acrescida nas contas respectivas do imobilizado tendo como contrapartida uma conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, mantida com base na Lei nº 11.638/07. A partir de janeiro de 2009 as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens suportado por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada conforme contrato vigente até 22 de setembro de 2015 e no intangível com base no tempo de vida útil estimado para utilização dos bens. Em 2010, conforme Interpretação Técnica – ICPC 10, foi feita uma análise dos bens com valores relevantes que ainda estavam em operação e que apresentavam valor contábil diferente do seu valor justo, sendo-lhes atribuído novo valor, conforme laudo de avaliação. Tais valores foram reconhecidos no imobilizado e no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial (nota 17). Do total do imobilizado, em 2015, excluído os terrenos, 91% (81% em 2014) dos bens estão segurados contra incêndio, danos elétricos, explosões, fenômenos da natureza, roubos ou furto. No final do exercício de 2015, bens no valor de R\$ 17.441 (R\$ 108.766 em 2014), estão penhorados como garantia no pagamento de indenizações judiciais. A redução significativa do montante se dá em função da gradativa mudança de garantia de penhora por precatórios pleiteados pelo Hospital.

**NOTA 11 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES COM EXIGIBILIDADE SUSPensa**

**a) Composição do saldo**

Passivo circulante	2015				2014		
	Principal	Encargos	Baixas	Total	Principal	Encargos	Total
<b>Impostos</b>							
IOF	95	72	(167)	-	95	70	165
IRPJ	118.641	54.060	(172.701)	-	116.921	49.260	166.181
ISSQN	16.934	4.701	-	21.635	13.026	2.861	15.887
IPTU	2.167	595	-	2.762	1.648	364	2.012
<b>Subtotal</b>	<b>137.837</b>	<b>59.428</b>	<b>(172.868)</b>	<b>24.397</b>	<b>131.690</b>	<b>52.555</b>	<b>184.245</b>
<b>Contribuições</b>							
INSS – Patronal e terceiros	1.483.665	519.858	-	2.003.523	1.225.929	357.468	1.583.397
INSS – Notificações fiscais	3.055	648	-	3.703	3.055	582	3.637
INSS – Parcelamento	4.392	6.158	-	10.550	4.392	5.886	10.278
COFINS	36.852	18.823	-	55.675	36.001	14.352	50.353
PIS/PASEP	7.978	4.086	-	12.064	7.816	3.116	10.932
CSSL	40.443	21.912	-	62.355	40.443	16.921	57.364
<b>Subtotal</b>	<b>1.576.385</b>	<b>571.485</b>	<b>-</b>	<b>2.147.870</b>	<b>1.317.636</b>	<b>398.325</b>	<b>1.715.961</b>
<b>Total</b>	<b>1.714.222</b>	<b>630.913</b>	<b>(172.868)</b>	<b>2.172.267</b>	<b>1.449.326</b>	<b>450.880</b>	<b>1.900.206</b>

Desde o ano de 2006, o Hospital demanda na justiça em busca do reconhecimento da imunidade tributária recíproca ao pagamento de impostos federais, estaduais e municipais, e o reconhecimento da imunidade em relação à incidência das contribuições previdenciárias federais, obtendo, até o presente momento, decisões judiciais suspendendo a exigibilidade dos tributos e contribuições em discussão. Em decorrência das ações judiciais propostas, o Supremo Tribunal Federal, em decisão tomada pela sistemática da repercussão geral

nos autos do Recurso Extraordinário nº 580.264/RS, no qual se discutia o direito à imunidade aos impostos estaduais, reconheceu o direito à imunidade tributária recíproca para os hospitais, em decisão transitada em julgado em 04 de novembro de 2013. Por força da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Receita Federal do Brasil reconheceram como indevida a cobrança de impostos federais anteriormente lançados contra o Hospital (IRPJ e IOF), totalizando R\$ 172.868, valores esses baixados no exercício de 2015. Em relação às contribuições sociais, como não são alcançáveis pela repercussão geral, os processos em que se busca o reconhecimento da imunidade continuam em tramitação. Quanto às notificações fiscais do INSS, embora contestadas através de recursos administrativos ou judiciais, estão com os pagamentos suspensos. Os impostos e contribuições contabilizados antes do efeito suspensivo estão acrescidos de multa e juros, com base na taxa SELIC, aqueles apropriados após, apenas de juros. O valor de INSS-Parcelamento teve suspensão o pagamento quando restavam 59 parcelas a serem pagas, estando estas acrescidas apenas de juros à taxa de 1% ao mês, por ser constituído em UFIR.

**a) Reflexos no resultado do exercício**

Demonstração do resultado	2015			2014		
	Com exigibilidade suspensa	Outros custos e despesas	Total	Com exigibilidade suspensa	Outros custos e despesas	Total
Impostos sobre serviços prestados	(3.931)	-	(3.931)	(3.780)	-	(3.780)
Custo dos serviços prestados	(226.070)	(1.086.847)	(1.312.917)	(199.658)	(979.544)	(1.179.202)
Despesas gerais e administrativas	(21.486)	(105.238)	(126.724)	(18.762)	(93.285)	(112.047)
Despesas financeiras	(178.696)	(509)	(179.205)	(132.315)	(521)	(132.836)
Receitas financeiras	51.027	6.076	57.103	-	3.979	3.979
Reversão de provisões	2.514	14.627	17.141	-	29.490	29.490
Outras receitas operacionais	95	13.489	13.584	-	10.887	10.887
Reversão da provisão para IRPJ	115.981	-	115.981	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(260.566)</b>	<b>(1.158.402)</b>	<b>(1.418.968)</b>	<b>(354.515)</b>	<b>(1.028.994)</b>	<b>(1.383.509)</b>

Na demonstração do resultado está registrada a contrapartida dos impostos com exigibilidade suspensa registrados no passivo circulante, sendo que na rubrica impostos sobre os serviços prestados está registrado o ISSQN e parte do PIS/PASEP e da COFINS, a outra parte está nas despesas gerais e administrativas. Da mesma forma no custo dos serviços prestados e nas despesas gerais e administrativas estão registradas as contribuições previdenciárias, nas despesas financeiras estão os juros de todos os tributos suspensos, nas receitas financeiras a baixa dos juros do IRPJ e do IOF, na reversão de provisões, estão registradas as multas e os encargos legais do IRPJ baixados, em outras receitas operacionais foi baixado o valor original do IOF e na reversão da provisão para indenizações cíveis e trabalhistas.

**NOTA 12 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS**

Classificação de risco	Passivo							
	2015				2014			
	Circulante	Não circulante	Valor total	Quant. de proc.	Circulante	Não circulante	Valor total	Quant. de proc.
<b>Processos cíveis</b>								
Praticamente certo	3.623	-	3.623	9	1.869	-	1.869	8
Provável	-	11.015	11.015	49	-	8.656	8.656	52
Provável - imunidade	-	61.938	61.938	4	-	54.212	54.212	4
<b>Subtotal</b>	<b>3.623</b>	<b>72.953</b>	<b>76.576</b>	<b>62</b>	<b>1.869</b>	<b>62.868</b>	<b>64.737</b>	<b>64</b>
<b>Processos trabalhistas</b>								
Praticamente certo	468.733	-	468.733	1.306	476.095	-	476.095	1.342
Provável	-	349.492	349.492	1.655	-	317.414	317.414	1.612
<b>Subtotal</b>	<b>468.733</b>	<b>349.492</b>	<b>818.225</b>	<b>2.961</b>	<b>476.095</b>	<b>317.414</b>	<b>793.509</b>	<b>2.954</b>
<b>Total</b>	<b>472.356</b>	<b>422.445</b>	<b>894.801</b>	<b>3.023</b>	<b>477.964</b>	<b>380.282</b>	<b>858.246</b>	<b>3.018</b>

Para os processos trabalhistas ingressos na justiça a partir de novembro de 2012 a provisão esta sendo calculada por contadores, para os demais processos, a provisão foi estimada por advogados, com base na média dos valores apurados em outros processos já decididos com pedidos similares. Ambos os profissionais são subordinados à Assessoria Jurídica do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.. Para os processos cíveis a provisão é feita com base no valor inicial da ação. No decorrer do processo, os valores estimados e ou calculados são constantemente revisados, tendo como base o andamento dos mesmos. Os processos trabalhistas passaram a ser corrigidos pelo IPCA, a partir do mês de setembro de 2015, sendo que anteriormente eram corrigidos mensalmente pelo Fator de Atualização dos Débitos Trabalhistas - FADT acrescido de juros de 1% ao mês, e os cíveis pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM mais 1% ao mês. Os processos trabalhistas referem-se, basicamente, às ações movidas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas, sendo que muitas ações são plúrimas. Os processos cíveis, na grande maioria dos casos, são movidos por pacientes e têm como objeto principal o dano moral, indenização por erro médico e pensão vitalícia. Durante o ano de 2011, foi constituída provisão para pagamento de honorários aos advogados contratados para propor ação de imunidade tributária. Esta provisão está sendo atualizada mensalmente conforme cláusula contratual, e está contabilizada no passivo não circulante com classificação de risco provável, destacada no quadro acima com a expressão imunidade. Além da quantidade de processos já citados existem também os processos classificados com grau de risco possível, que não precisam ser contabilizados, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.180/09 que aprovou a NBC TG 25, em 24 de julho de 2009.

Classificação de risco possível	2015		2014	
	Valor	Quant. de processos	Valor	Quant. de processos
Processos cíveis	63.327	481	44.914	398
Processos trabalhistas	197.797	1.496	136.844	1.197
<b>Total</b>	<b>261.124</b>	<b>1.977</b>	<b>181.758</b>	<b>1.595</b>

**NOTA 13 - TRIBUTOS DIFERIDOS**

Passivo não circulante	2015				2014		
	Saldo no início do exercício	Valor realizado no exercício	Valor baixado no exercício	Saldo no final do exercício	Saldo no início do exercício	Valor realizado no exercício	Saldo no final do exercício
<b>Reserva de reavaliação</b>							
CSLL	(999)	35	-	(964)	(1.034)	35	(999)
IRPJ	(2.776)	-	2.776	-	(2.872)	96	(2.776)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.775)</b>	<b>35</b>	<b>2.776</b>	<b>(964)</b>	<b>(3.906)</b>	<b>131</b>	<b>(3.775)</b>
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>							
CSLL	(4.532)	107	-	(4.425)	(4.639)	107	(4.532)
IRPJ	(12.591)	-	12.591	-	(12.889)	298	(12.591)
<b>Subtotal</b>	<b>(17.123)</b>	<b>107</b>	<b>12.591</b>	<b>(4.425)</b>	<b>(17.528)</b>	<b>405</b>	<b>(17.123)</b>
<b>Total</b>	<b>(20.898)</b>	<b>142</b>	<b>15.367</b>	<b>(5.389)</b>	<b>(21.434)</b>	<b>536</b>	<b>(20.898)</b>

Referem-se às provisões para imposto de renda e contribuição social de longo prazo calculadas sobre a reserva de reavaliação, constituída em 1997, e sobre os ajustes de avaliação patrimonial, registrados em 2010, ambas contabilizadas a débito do patrimônio líquido e a crédito do passivo não circulante. Em 2014 e 2015 como não houve provisão para contribuição social o valor realizado foi transferido para a conta de prejuízos acumulados. A partir de 2015 passamos a ser imunes ao IRPJ e o valor contabilizado em exercícios anteriores no montante de R\$ 15.367, foi baixado contra o passivo não circulante.

**NOTA 14 - SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS**

Contas/descrição	Passivo			
	2015		2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Subvenção para custeio</b>				
Saldo no início do exercício	292	-	-	-
Valor recebido no exercício	1.065.351	-	953.836	-
Valor registrado na receita	(1.064.522)	-	(953.544)	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.121</b>		<b>292</b>	
<b>Subvenção para investimento</b>				
Saldo no início do exercício	9.983	109.140	10.315	101.381
Valor recebido ou apropriado no exercício	-	20.983	-	18.059
Transferências do longo para o curto prazo	15.064	(15.064)	10.300	(10.300)
Realização no exercício	(12.307)	-	(10.632)	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>12.740</b>	<b>115.059</b>	<b>9.983</b>	<b>109.140</b>
<b>Total</b>	<b>13.861</b>	<b>115.059</b>	<b>10.275</b>	<b>109.140</b>

A Lei nº 11.638/07, com vigência a partir de janeiro de 2008, revogou a letra "d" do § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 que permitia registrar no patrimônio líquido as doações e subvenções para investimentos. Em cumprimento a referida legislação e também à Resolução nº 1.143/08, revogada e substituída pela 1.305/10, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde são classificadas como: (i) subvenções para investimentos, contabilizadas no passivo e transferidas para o resultado do exercício, em conta retificadora da despesa de depreciação, na mesma proporção daquela despesa referente aos bens adquiridos com esses recursos, e (ii) subvenções para custeio, reconhecidas no resultado do exercício, como receita, quando utilizadas. Esta serve para custear despesa com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, indenizações trabalhistas e parte da despesa com manutenção.

**NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

O financiamento se refere a compra de imobilizado financiado pelo próprio vendedor que é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.. O imóvel adquirido no final de 2013 por R\$ 12.700, e entregue somente em 2014, está localizado praticamente em frente a sede da matriz do Hospital, onde será implantada a Central de Logística do Grupo Hospitalar Conceição. O valor da compra foi dividido em cinco parcelas das quais três já foram pagas totalizando R\$ 8.500, mais atualização monetária de R\$ 598, calculados sobre o saldo devedor com base no IGP-M (se positivo). O saldo remanescente será pago em duas parcelas, uma em cada ano, com vencimento em 30 de abril, de 2016 e 2017, acrescidas de reajuste. No passivo circulante está registrada a quarta parcela acrescida dos juros sobre o saldo devedor totalizando em 2015 R\$ 3.298, (R\$ 2.640 em 2014, referente à terceira parcela). No passivo não circulante está registrada a quinta parcela, em 2015 R\$ 1.200 (R\$ 4.200 em 2014, referente a quarta e a quinta parcela). Total registrado no passivo em 2015 R\$ 4.498 (R\$ 6.840 em 2014), com uma variação de R\$ 2.342.

**NOTA 16 - CAPITAL SOCIAL**

Acionistas	Quantidade de ações			Participação sobre o capital total
	Ordinárias	PREFERENCIAIS	Total	
União Federal	108.511.622	4.530.000	113.041.622	99,999995 %
Sandra Maria Sales Fagundes	6	-	6	0,000005 %
<b>Total</b>	<b>108.511.628</b>	<b>4.530.000</b>	<b>113.041.628</b>	<b>100,00 %</b>

Em 31 de dezembro, de 2015 e de 2014, o capital social de R\$ 7.446, subscrito e integralizado, é composto por ações sem valor nominal. As ações do capital social está prevista a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais, prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, o que não se verifica em função da apuração de prejuízos que se acumulam ao longo dos anos. As ações do acionista minoritário foram cedidas a título precário pelo próprio Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. em função do artigo 206, inciso I, letra "d", da Lei nº 6.404/76, para o Diretor-Superintendente, enquanto no exercício do cargo, Sandra Maria Sales Fagundes em 2015 (Carlos Eduardo Nery Paes em 2014).

**NOTA 17 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**

Contas	2015				2014		
	Saldo no início do exercício	Valor realizado no exercício	Valor baixado no exercício	Saldo no final do exercício	Saldo no início do exercício	Valor realizado no exercício	Saldo no final do exercício
<b>Em bens próprios</b>							
Terrenos	26.995	-	-	26.995	26.995	-	26.995
Edificações	22.774	(1.070)	-	21.704	23.714	(940)	22.774
Instalações	376	(75)	-	301	568	(192)	376
Máquinas e equip. hospitalares	218	(52)	-	166	270	(52)	218
Veículos	-	-	-	-	8	(8)	-
<b>Subtotal</b>	<b>50.363</b>	<b>(1.197)</b>	<b>-</b>	<b>49.166</b>	<b>51.555</b>	<b>(1.192)</b>	<b>50.363</b>
Provisão para CSLL e IRPJ	(17.123)	107	12.591	(4.425)	(17.528)	405	(17.123)
<b>Total</b>	<b>33.240</b>	<b>(1.090)</b>	<b>12.591</b>	<b>44.741</b>	<b>34.027</b>	<b>(787)</b>	<b>33.240</b>

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da Interpretação Técnica ICPC 10, em 2010 foi apurado o custo atribuído (deemed cost) de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Foram constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferidos contabilizadas no passivo não circulante e em subconta redutora da conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados, assim como os tributos incidentes sobre tais realizações. O não pagamento de impostos diferidos, imposto de renda e contribuição social, em função de base de cálculo negativa geraram ganhos patrimoniais contabilizados diretamente a crédito da conta de prejuízos acumulados, no montante de R\$ 107 em 2015 (R\$ 405 em 2014). A imunidade tributária do IRPJ obtida em 2015 ocasionou a baixa da provisão do IRPJ diferido registrada originalmente no passivo não circulante e na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no valor de R\$ 12.591.

**NOTA 18 - REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES**

Em reais

Tipo	2015			2014		
	Remuneração diretores	Remuneração empregados	Salário-base empregados	Remuneração diretores	Remuneração empregados	Salário-base empregados
Maior	29.083	33.763	15.892	27.699	29.462	14.443
Menor	21.812	1.439	1.124	20.774	1.432	1.143
Média	22.418	6.788	3.416	21.351	6.478	3.246

Nas remunerações são computados os benefícios e vantagens.

**NOTA 19 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA**

Foi implantado em 01 de agosto de 1998 o Plano de Contribuições Definidas - Fundo Gerador de Benefícios, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A.. Participam do plano 23 empregados em 2015, 25 em 2014. O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997 revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa em 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8 % sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e participantes. No exercício de 2015 as contribuições do Hospital foram de R\$ 570 (R\$ 561 em 2014).

#### NOTA 20 - PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Em virtude da ação de imunidade tributária ter ocasionado a suspensão dos pagamentos das contribuições previdenciárias, da cota patronal e de terceiros os valores correspondentes não foram repassados pelo governo federal. Como consequência os respectivos valores não estão registrados na receita de subvenção para custeio, porém as despesas referentes a essas contribuições, acrescidas de juros, no montante de R\$ 375.379 (R\$ 327.561 em 2014) estão apropriadas na despesa, contribuindo, substancialmente, para a formação do prejuízo apurado no exercício, no montante de R\$ 302.633 (R\$ 458.311 em 2014). Contribuíram também, de maneira significativa, as provisões para férias (menos os adiantamentos) e indenizações trabalhistas no montante de R\$ 127.456 (R\$ 203.187 em 2014) registradas na despesa sem contrapartida na receita de subvenção para custeio de pessoal, que é recebida e contabilizada somente no mês do pagamento dessas despesas. O impacto total no prejuízo é de R\$ 502.835 (R\$ 530.748 em 2014).

#### NOTA 21 - CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária à manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos (nota 14) repassados pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Sandra Maria Sales Fagundes  
Diretora-Superintendente  
CPF nº 381.766.700-06  
Gilberto Barichello  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF nº 521.012.829-68

José Accioly Jobim Fossari  
Diretor Técnico  
CPF nº 209.998.440-91  
Rozinha Topanotti Trentin  
Contadora CRC/RS 41.119  
CPF nº 257.247.890-00

## 8 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.  
Diretores, Conselheiros e Acionistas do  
**HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**  
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Hospital é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Hospital para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

Em 31 de dezembro de 2015 o Hospital apresentava um montante de R\$ 2.966.210 mil negativos de patrimônio líquido gerado por prejuízos, determinando, conforme indicado na Nota Explicativa número 21, que para garantir a viabilidade econômica do Hospital, se faz necessário a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos repassadas pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos referidos na nota explicativa número 14.

#### Demonstração do Valor Adicionado

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A Demonstração do Valor Adicionado, apresentada para propiciar informações sobre o Hospital, não é requerida como parte integrante das demonstrações contábeis, contudo foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Porto Alegre, RS, 29 de janeiro de 2016.

EXACTO AUDITORIA S/S  
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES  
CONTADOR CRC/RS 30.361

## 9 - PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, e das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, **DECIDE**, por maioria de votos, recomendar, à Assembleia Geral de Acionistas, a aprovação das Contas do exercício de 2015, do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. – CNPJ nº 92.787.118/0001-20, por estarem formalmente adequadas.

Porto Alegre, 11 de março de 2016.

Hêider Aurélio Pinto  
Conselheiro de Administração

Jones Alexandre Martins  
Conselheiro de Administração

Sandra Maria Sales Fagundes  
Conselheira de Administração

Alberto Beltrame  
Substituto legal do Presidente Conselho Administração

## 10 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu o exame do RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO e das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações, elaborado pela empresa Exacto Auditoria S/S - Auditores Independentes, datado de 29 de janeiro de 2016, sem ressalvas, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade de votos, é de opinião que os referidos documentos societários refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A..

Registre-se, outrossim, que este Colegiado, por unanimidade, é favorável à destinação do Resultado do Exercício de 2015 para a conta de Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido.

Porto Alegre, 11 de março de 2016.

Arinaldo Bomfim Rosendo  
Conselheiro Fiscal

Maurício Cardoso Oliva  
Conselheiro Fiscal

Jarbas Barbosa da Silva Júnior  
Conselheiro Fiscal